



Resposta à interpelação escrita apresentada pelo Senhor Deputado José Maria Pereira Coutinho em 18 de Setembro de 2020

Por ordem de Sua Excelência o Senhor Chefe do Executivo, cumpre à Direcção de Inspeção e Coordenação de Jogos (DICJ) responder à interpelação escrita apresentada pelo Senhor Deputado José Maria Pereira Coutinho em 18 de Setembro de 2020, recebida pelo Gabinete do Chefe do Executivo em 7 de Outubro de 2020 e encaminhada a esta Direcção através do ofício n.º 1001/E736/VI/GPAL/2020 da Assembleia Legislativa, de 7 de Outubro de 2020, nos termos seguintes:

Actualmente, em Macau, é proibida a prática de jogos de fortuna ou azar através dos meios de telecomunicações ou da *Internet*. Os jogos interactivos podem aumentar as receitas do jogo, mas existem certos riscos, incluindo os problemas sociais, tais como o branqueamento de capitais e o vício do jogo. Por isso, antes da sua introdução, o Governo deve proceder a estudos prudente, que se encontram ainda em curso os respectivos análises.

Constituem o objectivo do desenvolvimento do sector do jogo de Macau a melhor articulação com a construção do “Centro Mundial de Turismo e Lazer” e ajuda para a promoção da diversificação adequada da economia. Neste sentido, o Governo da RAEM irá dar maior importância ao desenvolvimento saudável e estável da indústria do jogo a longo prazo, continuando a aperfeiçoar a respectiva construção judicial e a reforçar a fiscalização, bem como intensificar a competitividade a nível internacional. Ao mesmo tempo, procede-se incentivo às operadoras de jogo para fornecerem elementos não-jogo de melhor qualidade e diversificados, continuando a atrair mais visitantes para se divertirem em Macau, através de “boa qualidade” e a “honestidade”.

Relativamente ao recente aparecimento na internet de “websites” de apostas ilegais explorados em nome dos casinos de Macau, a DICJ, depois de ter detectado ou recebido as respectivas denúncias, irá remetê-las à Polícia Judiciária, e por outro lado, tomar a iniciativa para contactar os principais operadores de motores de busca para ajudar a bloquear os resultados de pesquisa dos websites de jogos ilegais e os seus *links*, e remover as devidas promoções dos respectivos sites. Mantêm-se as acções de sensibilização através de vários canais, tais como nos postos fronteiriços, pontos turísticos, veículos de



澳門特別行政區政府
Governo da Região Administrativa Especial de Macau
博彩監察協調局
Direcção de Inspeção e Coordenação de Jogos

transportes públicos e hotéis, para a exibição de vídeos, a afixação de cartazes e a emissão de mensagens SMS/curtas, com vista a alertar os cidadãos e turistas para estarem atentos aos referidos websites e mensagens respeitantes às actividades de jogo ilegal, diminuindo a possibilidade de serem enganados ou burlados. Os dados mostram que, após a realização de grande volume de trabalhos de combate e de sensibilização educativa, tem vindo a diminuir o número de queixas relacionadas com os *websites* de jogos ilegais e as aplicações móveis. O que reflecte, em certa medida, que os trabalhos desenvolvidos pelo Governo para lidar com os problemas relacionados com os *websites* dos jogos ilegais atingiram algum sucesso.

Quanto às diferentes opiniões e sugestões apresentadas pelos deputados e pela sociedade em relação ao futuro desenvolvimento do sector do jogo, incluindo a permissão da exploração de jogos interactivos por parte das concessionárias, o Governo da RAEM irá ouvi-las seriamente e proceder a uma análise prudente tendo em conta a situação real de Macau, para assegurar o desenvolvimento saudável e sustentável do sector do jogo e corresponder aos interesses globais de Macau.

O Director da DICJ,

Adriano Marques Ho
Aos 28 de Outubro de 2020